



INVERNO 2010

AREZZO

Boa Vista Sexta-feira, 21 de maio de 2010

Busca

FOLHA

DE BOA VISTA

Ano XXXIV Edição 5572 **Um Jornal Necessário** Boa Vista - RR. sexta, 21 de maio de 2010

Comentar

Imprimir

Enviar por E-mail



Opinião

A INVIABILIDADE DE NOVOS MUNICÍPIOS EM RORAIMA

Fonte: a A A

Elói Martins Senhoras *

O fortalecimento de escalas locais, capazes de se tornarem independentes em relação aos seus territórios de origem, promove a tempos discussões políticas sobre a criação de novos Estados e municípios por parte das elites locais quando buscam maior representação política em um contexto marcado por disputas acirradas de poder e recursos.

No caso específico do Estado de Roraima, a proposta traz um discurso político de uma maior aproximação governamental junto aos cidadãos, porém carece da sustentabilidade de uma base econômica autônoma e auto-sustentável, uma vez que praticamente 50% do PIB estadual é oriundo de transferências federais, além dos municípios do interior dependerem majoritariamente do Fundo de Participação Municipal (FPM).

Este movimento político em Roraima, assim como acontece em alguns outros estados, constitui uma tendência que se acentuou no pacto federativo brasileiro após a Constituição de 1988, em função de uma maior descentralização das políticas públicas, porém carece de unidade, viabilidade econômica e voz em torno das propostas de desmembramentos, o que torna difícil alcançar os objetivos propostos.

| |
|--------------------------|
| Página Inicial |
| EDITORIAS |
| Cidades |
| Especiais |
| Esportes |
| Opinião |
| Polícia |
| Política |
| Variedades |
| COLUNAS |
| Agenda Folha |
| Criançada |
| Despertai |
| Jessé Souza |
| Okiá |
| Parabólica |
| Shirley Rodrigues |

O surgimento de novos municípios em Roraima pode trazer um aumento significativo de gastos para o estado e para os próprios municípios, de maneira a tornar insustentável o funcionamento da administração pública tanto das novas unidades quanto das antigas em função de não terem condições de gerarem recursos próprios.

Em casos isolados de criação de uma ou outra unidade federativa em qualquer estado, uma conjuntura de quebra econômica e financeira é extremamente previsível em estados pouco desenvolvidos, o que delinea uma mancha de criação de novos municípios restrita no mapa brasileiro, principalmente àqueles Estados extremamente dinâmicos, que se baseiam predominantemente na ampliação da fronteira agrícola e na exploração mineral.

No caso de Roraima, esta situação de quebra se torna totalmente factível, caso não haja assistência federal, haja vista que existem apenas 15 municípios não plenamente consolidados e estão sendo propostos novos no interior, a partir das seguintes vilas: Taiano (Alto Alegre), Trairão (Amajari), Félix Pinto (Cantá), Novo Paraíso e Baixo Rio Branco (Caracará), Entre Rios (Caroebe), Vilhena e São Francisco (Bonfim), Apiaú e Equador (Mucajai), Nova Colina, Jundiá e Santa Maria do Boiaçu (Rorainópolis).

Caso o estado tivesse uma lógica de desenvolvimento endógeno, seria talvez possível fazer transferências de maneira a gerir minimamente o aparelhamento público dos novos municípios, porém, como o dinamismo da renda é oriundo de uma lógica externa, propriamente do governo federal, Roraima é refém de seu próprio subdesenvolvimento econômico.

Levando em consideração o total de habitantes, as riquezas de cada unidade municipal, o total de área e o número de municípios que poderiam integrar o estado, a formação de novos municípios poderia reforçar a lógica coronelista do contexto político roraimense, de maneira a fragmentar ainda mais a capacidade democrática em função de desprover de meios para atender as necessidades básicas da população.

Como as vantagens comparativas dinâmicas do estado de Roraima em suas potencialidades naturais, turismo e comércio exterior, ainda não são plenamente desenvolvidas, a criação de novas unidades municipais não viria a corroborar para o desenvolvimento das localidades, apesar da construção de uma máquina pública, que se estruturaria vazia em função da falta de recursos.

Neste contexto, o processo de abertura de novos municípios em Roraima, embora busque trazer uma positiva integração política nas localidades, pode trazer como efeito colateral uma partilha de recursos já escassos, o que naturalmente leva a fragmentações sociais em distintos territórios ou no aumento de assimetrias dentro do Estado devido à distribuição desigual dos gastos públicos.

*** Economista e cientista político, professor da Universidade Federal de Roraima. E-mail para contato: eloi@dri.ufr.br. Outros artigos do autor podem ser encontrados em <http://works.bepress.com/eloi/>.**



Principal



Assinatura



Expediente



Denúncias



Classificados



Fale Conosco

Copyright © 2010 - Folha de Boa Vista - Todos os Direitos Reservados